

Da Deontologia do Jornalismo à Deontologia das Fontes: Uma leitura crítica do campo¹

Silvino Lopes Évora

Edição NÓS MEDIA, 2007.



Índice	Págs
Exórdio.....	2
Objectivo: Verdade.....	2
Sobre as Fontes.....	4
Perigo de Conivências e Sigilo Profissional.....	6
Do Direito de Protecção à Identificação das Fontes.....	7

¹ Um olhar crítico sobre a Deontologia dos Media e a relação entre os jornalistas e as fontes de informação, a partir de PIGEAT, Henri: *Médias Et Déontologie – Règles du jeu ou jeu sans règles*; (1. Édition) Presses Universitaires de France, Paris, 1997.

Exórdio

Henri Pigeat começa o seu texto com a questão da auto-regulação nos *media*, destacando, sobretudo, a figura de *ombudsman* ou provedor de leitores, que começou a ser introduzida nos jornais norte-americanos, nos finais dos anos 60. O primeiro jornal a adoptar a figura de provedor de leitores foi o *Louisville Courier-Journal*, no ano 1967. Actualmente, conta-se quarenta jornais norte-americanos com um provedor de leitor, num universo de 1580. Normalmente, o provedor de leitor é uma pessoa experiente e neutra, que vem do interior do próprio jornal, e tem, como tarefa, examinar a conduta ética do meio de comunicação social, recebendo críticas, quer do jornal, quer sobre o jornal. Entretanto, *Washington Post* aposta numa personalidade externa ao jornal. Cada meio de comunicação social ou cada provedor delimita o seu campo de actuação.

OBJECTIVO: VERDADE

Como sabemos, uma das principais motivações da actividade jornalística é a procura da verdade. Essa premissa é fundamentada com a afirmação de Montaigne: “**Nascemos à procura da verdade**”. Quatro séculos depois, um código deontológico dos jornalistas norte-americanos recuperou esse espírito, ao afirmar que “**a verdade é o nosso último objectivo**”.

No plano filosófico, a verdade é o equilíbrio entre aquilo que é e aquilo que se diz que é; ou seja, quando o que se diz é aquilo que é, atinge-se a verdade plena. No entanto, o autor levanta duas questões interessantes: **O que é o real? Será que podemos transmiti-lo?** Há uma longa discussão filosófica sobre o **Ser** e o **Parecer Ser** (e até o **Dever Ser**), que não vamos tratar, por agora. Há mesmo autores que defendem que a verdade se situa além das aparências ou do nosso olhar e pode até fixar-se num plano transcendental. No entanto, Henri Pigeat afirma que todos os jornalistas sérios, por experiência, sabem que ela existe, tanto em matéria como em facto.

Independentemente da situação em que se encontra, o jornalista deve interrogar o acontecimento, descrevendo verídica e honestamente os factos que presencia. O autor

afirma que, certas vezes, os factos podem ser narrados com exactidão, mas os juízos de valores que se faz sobre eles é que podem ser verdadeiros ou falsos.

A objectividade jornalística também é posta em discussão no texto de Henri Pigeat: “os jornalistas recusam, frequentemente, a noção de objectividade” (PIGEAT: 1997, 107). Hubert Beuve-Méry afirma que “a objectividade não existe”, deixando transparecer que é algo utópico e inacessível. No jornalismo anglo-saxónico, prefere-se a noção de honestidade em vez de objectividade. Por informações desonestas, Benjamin Bradley, Chefe de redacção do Washington Post, entende:

- As notícias que omitem elementos principais, que permitem compreender um acontecimento;
- As que, consciente ou inconscientemente, induzem o leitor ao erro;
- E aquelas em que os jornalistas se escondem por detrás de expressões, com determinadas cargas pejorativas, para expressar as suas emoções ou os seus ideais.

Citando a Associação Sigma Dela Chi, o código deontológico dos jornalistas americanos define a verdade como “**o bem último**”. Para o Código alemão, o “**respeito pela verdade**” é “**o dever último da imprensa**”. A declaração de Munique pede aos jornalistas que **respeitem a verdade** e que **acarretem todas as consequências** que daí advêm. No entanto, a procura da verdade tem as suas limitações.

Para garantir a veracidade das informações que se veicula para o espaço público é preciso lutar contra a instrumentalização, quer do jornalista pela fonte, quer da informação pelo jornalista; ou seja “lutar para se assegurar que a informação seja justa e exacta, evitar exprimir comentários como factos verdadeiros e evitar a falsificação por meio de deformação, da selecção e da infidelidade” (PIGEAT: 1997, 107).

Diariamente, o jornalista é confrontado com inúmeros obstáculos na busca da verdade. Em primeiro lugar, devemos ter em conta que o simples testemunho humano pode não ser completamente fiável, o que dificulta muito a produção das notícias.

Diferente da notícia, os comentários, as crónicas, os editoriais e muitas outras rubricas dos jornais não passam ao lado da componente subjectiva que, em certa medida, é mesmo desejável pelos leitores. Há uma necessidade de se fazer a separação entre a notícia e a opinião, na medida em que, tradicionalmente, a objectividade é traçado com

o ideal para o jornalismo. Essa objectividade acaba por se situar unicamente no plano das ideais, dado que, como disse Henri Pigeat, a “**verdade da informação nunca é atingida numa dimensão absoluta**”.

SOBRE AS FONTES

Atingir a verdade é um longo caminho que o jornalista tem que percorrer. O primeiro passo é contactar-se com a fonte da informação. Por norma, a fonte deve ser identificada e avaliada em função da sua credibilidade e da sua fiabilidade. Assim, o autor pergunta se, tendo em conta a autenticidade da informação como algo primordial, a deontologia jornalística não é, em grande parte, uma deontologia da fonte.

A dependência dos jornalistas em relação às fontes, nos dias de hoje, é uma realidade da qual ninguém pode fugir. Tanto para as agências noticiosas como para os outros meios de comunicação social, a fonte desempenha um papel importante na produção noticiosa. Assim, os jornalistas dependem das múltiplas fontes de informação que, directa ou indirectamente, contribuem com relatos que permitem preencher o espaço mediático. Por isso, o autor afirma que a informação é fundamentalmente uma questão de fontes.

É desta forma que a Agência France Presse estipula que “todos os despachos de agências devem indicar a fonte ou as fontes da sua informação. As fontes devem ser, o mais preciso, possível. As apreciações pessoais, os juízos de valores, os comentários, devem ser atribuídos aos seus autores, da mesma forma que as informações sobre os acontecimentos” (PIGEAT: 1997, 114). A AFP entende a divulgação da fonte como uma resposta ao dever de «informar honestamente» e à necessidade de responder às contestações que podem surgir com a veiculação de uma informação e a possibilidade de se ir aos tribunais.

Diante de uma informação nova, é imperativo analisar criticamente a fonte e a sua própria credibilidade. Por isso, Pigeat lança algumas questões importantes: “**Será que a fonte fornece ao jornalista a verdade, toda a verdade e nada mais do que a verdade? Porquê que ela estará interessada em dar ao jornalista determinadas informações para pôr no espaço público? Terá interesses particulares nesse acto?**”

A resposta a estas questões vem logo quando o autor começa a abordar as questões sobre a manipulação. Assim, ele sublinha que há tentativa de manipulação sempre que a fonte procura o jornalista para dar certas informações que não lhe foram solicitadas. Mesmo que a sua motivação seja legítima, o jornalista não espera contar com uma informação imparcial. Isto porque, naturalmente, a fonte opta por transmitir uma versão dos factos que privilegie os seus pontos de vista, evitando fornecer qualquer elemento que prejudique a sua pessoa ou os seus interesses. No pior dos casos, a fonte pode utilizar todas as estratégias para influenciar a versão dos factos, optando mesmo por canalizar falsas informações para o espaço público, por intermédio do jornalista. No entanto, Pigeat adverte que entre dizer meias verdades e uma grande mentira, a fonte utiliza sofisticadas técnicas para seduzir os jornalistas. Para o autor, o grau mais baixo de manipulação é o silêncio. Essa afirmação nos remete para o caso Marcelo Rebelo de Sousa, que foi duramente criticado por uma certa opinião crítica, que o viu como “instrumentalizador” dos *media*, na gestão do silêncio, a respeito da sua saída da TVI. Estamos no domínio da profissionalização das fontes, onde estas se organizam e actuam de forma estratégica, com o intuito de provocar determinados efeitos com ecos nos meios de comunicação social.

O envolvimento suficiente para “sacar” informações da fonte e o distanciamento necessário para manter um olhar crítico em relação à mesma, é o jogo em que o jornalista se encontra envolvido. No entanto, a velocidade com que a informação circula no mercado das notícias quase que elimina todas as possibilidades do jornalista verificar a fiabilidade de determinadas informações.

Cada vez menos, o jornalista é o “caçador” das notícias. Já não é o jornalista que vai atrás das fontes, à procura dos acontecimentos. As redacções são inundadas com uma avalanche de informações, provenientes, quer das empresas, quer das organizações políticas, que lutam para ter um espaço nos meios de comunicação social. Cada vez menos, temos o jornalista a sair à procura de informações, tendo, esta prática, sido substituída por um jornalismo sentado, onde, a partir da sua secretária, o profissional tem acesso a um manancial de informações. Ciente desta realidade, Pigeat afirma que, ao longo das três últimas décadas, a profissão de jornalista conheceu várias mutações. Do modelo secular de repórteres, passou-se para o modelo de comunicador. Isto marca um desenvolvimento vertiginoso que se deu no domínio da comunicação, sobretudo nos sectores paralelos ao jornalismo. As empresas aprenderam a organizar as

mensagens que fazem chegar às redacções jornalísticas. Os meios financeiros que os “comunicadores” têm à sua disposição são bastante superiores aos dos jornalistas.

A profissionalização das fontes passa sobretudo por saber tirar proveitos da situação frágil em que os jornalistas operam no mercado. “Empresas privadas e administração pública estão dotadas de serviços e gabinetes de comunicação, que inundam as redacções com comunicados, documentos, chamadas telefónicas, *dossiers* de imprensa...” (PIGEAT: 1997, 117). Tudo isso é acompanhado de uma multiplicação crescente de conferências de imprensa, por parte das empresas, e da própria fabricação de acontecimentos para que determinadas entidades tenham presença assídua nos meios de comunicação social. Estamos no domínio dos pseudo-acontecimentos de que Daniel Boorstin fala. Assim, “o desenvolvimento da comunicação, que configura numa nova forma de publicidade, situa-se numa outra lógica, diferente da da ética da informação” (PIGEAT: 1997, 118). Situam-se mesmo num plano inversamente proporcional, como disse um presidente da Federação nacional da imprensa francesa, quando adverte que “o jornalista se dirige ao cidadão, o comunicador interpela o consumidor ou o eleitor” (PIGEAT: 1997, 120).

PERIGO DE CONVÊNCIAS E SIGILO PROFISSIONAL

Certas escalas de relacionamentos entre o jornalista e a fonte podem criar conveniências que podem pôr em perigo o próprio distanciamento do jornalista no tratamento de determinados acontecimentos, quando uma fonte sua é objecto de notícia. Assim, Pierre Viansson-Pontet, do *Monde*, demonstrou como o mecanismo funciona, salientando que os políticos e os jornalistas levam praticamente a mesma vida: “**falam a mesma língua; ambos frequentam os mesmos lugares, às mesmas horas; têm os mesmos interlocutores; lêem os mesmos jornais e os mesmos livros; são convidados voluntariamente para os mesmos hotéis e fazem as mesmas viagens**” (PIGEAT: 1997, pp. 120, 121). Em França, essas cumplicidades, por vezes, acabam em casamentos ou uniões de facto (**caso de Christine Ochrent ou Anne Sinclair**), querendo os envolventes continuar a exercer as suas actividades nos *media*.

Fazendo contraponto à realidade apresentada, Edwy Plenel, do *Monde* afirma: “**As conveniências, as amizades, as 'frequentações' nos são interditos. É o preço da independência**” (PIGEAT: 1997, 121). Assim, o grande desafio do jornalista é conseguir garantir a credibilidade da sua informação perante o público, mantendo, por

outro lado, uma relação privilegiada com a sua fonte de informação. Aqui, entra em linha de conta a consciência profissional do jornalista e as estratégias que ele próprio desenvolve. Todavia, o autor entende que aquilo que chamamos de **Segredo Profissional dos Jornalistas é O das Fontes**, comportando duas dimensões:

- Que a fonte não seja revelada após a divulgação de certas informações;
- Que não se revele as fontes e as notícias não publicadas, mesmo, perante a exigência do poder policial ou judicial.

“O primeiro caso revela um problema deontológico do jornalismo. O segundo, há longo tempo, é encarado como um conflito entre o direito e a deontologia jornalística, bastante resolvido na actualidade” (PIGEAT: 1997, 122). Para Pigeat, mais do que **Segredo Profissional** (sigilo profissional), devíamos falar no **Segredo Redaccional** ou **Confidencialidade das Fontes**.

DO DIREITO DE PROTECÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES

Em 1993, uma Reforma do Código de Processo Penal, em França, reconheceu aos jornalistas o direito de não revelar as suas fontes. Foi um grande passo na liberdade de imprensa, pois os jornalistas deixaram de ser testemunhas judiciais. Para Pigeat, a legislação francesa evoluiu e aproximou-se ao direito de alguns países como a Alemanha, a Áustria, a Suécia, a Noruega, a Espanha, Portugal e alguns Estados dos EUA, que permite, aos jornalistas, recusar ser testemunhas em relação à fonte e a certos acontecimentos. No entanto, em Portugal, o caso Manso Preto mostrou que as coisas não funcionam bem assim. Como escreveu o professor, na sua coluna do PÚBLICO, “O Sigilo foi Preso”.

A credibilidade das notícias, muitas vezes, depende da credibilidade da própria fonte da informação. Por isso, a identificação das fontes é um importante passo no tratamento das notícias. Assim, o autor fala na existência de uma **contradição** entre o **dever de informar** e o **sigilo profissional**. Mesmo nas notícias em que a fonte se esconde atrás

da capa do anonimato, deve-se dar elementos que credibilizam a informação, aos olhos do público.

Por fim, devemos ter em conta que, no exercício da sua profissão, o jornalista é confrontado com vários graus de confidencialidade:

Off The Record – o jornalista é a própria fonte. Não pode divulgar nenhuma outra fonte de informação;

On The Record – o jornalista é permitido publicar tudo aquilo que a fonte lhe fornecer.

Background – o jornalista pode utilizar as informações que lhe são fornecidas, mas não pode dizer quem é a fonte. No entanto, é-lhe permitido situar a fonte conforme a posição que ocupa na hierarquia social (por exemplo, um alto funcionário).

On Deep Background – o jornalista deve utilizar a informação, esconder a verdadeira fonte e caracterizá-la o mais genérico possível (ex: segundo Washington; de acordo com Belém).